

O que é a Confluência das Favelas?



A Confluência das Favelas é um projeto criado com o objetivo de catalisar ações, soluções, eventos e articulações de favelas e periferias acerca da agenda climática, abrangendo pesquisa, educação, comunidade e incidência. Seu foco é convergir e influenciar pautas prioritárias das periferias brasileiras e representá-las, tanto no âmbito do G20 (Grupo dos 20) quanto no da COP 30 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025). Dessa forma, destaca-se a importância de sediar esses eventos no Brasil e as oportunidades que sua realização oferece para a sociedade civil, uma vez que esses espaços permitem articular e impulsionar a formulação de políticas públicas em nível local, integrando-as a pautas globais.

O projeto surgiu de um movimento coletivo construído em 2023 por meio da coalizão de organizações como o Instituto Decodifica, a Corre e a Impact Beyond. Desde a sua fundação, tem costurado uma extensa articulação nacional que envolve líderes sociais de todo o Brasil a partir de um processo de escuta e criação de redes em diversos territórios.

Com isso, a Confluência das Favelas promove a visibilidade de lideranças periféricas e suas organizações, bem como de seus saberes locais e tecnologias sociais sobre mudanças climáticas, democratizando o conhecimento sobre o tema para sua rede, a sociedade civil em geral e a classe política. Além de contribuir para a ampliação das oportunidades de acesso das populações periféricas a esse debate, o projeto influencia o debate de políticas climáticas mais inclusivas e representativas, buscando uma participação mais ativa para favelas e periferias nas decisões que moldam seu futuro e o futuro do planeta.

Entre 2010 e 2022, a população que mora em favela cresceu 43,5%, totalizando mais de 16 milhões de pessoas. Essas comunidades historicamente invisibilizadas e marginalizadas são continuamente expostas a condições de degradação ambiental, sofrendo os impactos de políticas e práticas ambientais justificadas em nome do progresso e desenvolvimento. Esses impactos afetam desproporcionalmente populações marginalizadas, racializadas e periféricas, o que configura o chamado racismo ambiental e a injustiça climática.

De acordo com Bullard e Johnson (2000), o racismo ambiental “se combina com políticas públicas e práticas da indústria para fornecer benefícios para os brancos enquanto transfere os custos para as pessoas negras” (p. 559-560).² A injustiça climática denuncia que as populações mais pobres são as mais afetadas pelas mudanças climáticas, ainda que não sejam as principais responsáveis por elas. Segundo relatório da Oxfam, em 2019, as emissões do 1% mais rico do planeta foram equivalentes às emissões de 5 bilhões de pessoas ou 66% dos mais pobres do planeta.

Neste sentido, a Confluência das Favelas mobiliza ações e territórios para a construção de projetos de mitigação climática que compreendam os contextos periféricos. Desse modo, nossas principais atividades são:

Informar, Capacitar e Fortalecer: Por meio de pesquisas diagnósticas e capacitação, o projeto gera e compartilha conhecimentos que possibilitam uma maior compreensão dos desafios e das oportunidades no contexto da Justiça Climática.

Mobilizar e Colaborar: A Confluência das Favelas promove a união de lideranças e a participação ativa de comunidades periféricas nos processos decisórios. Isso inclui a criação de comunidades, fóruns de discussão, plataformas e demais espaços de diálogo onde essas vozes possam ser ouvidas e respeitadas.

O resultado esperado dessas atividades é a convergência de diversas iniciativas que buscam a inclusão e a equidade, possibilitando que as vozes das populações marginalizadas sejam ouvidas e integradas aos processos decisórios sobre políticas climáticas. O objetivo é o fortalecimento da participação social na construção de políticas públicas que efetivamente atendam às necessidades desses diferentes territórios.

¹ **IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Panorama do Censo 2022**

² No original: “Environmental racism combines with public policies and industry practices to provide benefits for Whites while shifting costs to people of color” BULLARD, Robert D.; JOHNSON, Glenn S. **Environmentalism and Public Policy: Environmental Justice: Grassroots Activism and Its Impact on Public Policy Decision Making**. *Journal of Social Issues*, v. 56, n. 3, p. 555–578, jan. 2000.

Mobilização

A Confluência das Favelas mobiliza a realização de Pré-Confes, que são uma série de eventos, realizados em 6 cidades brasileiras, Manaus, Belém, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Macapá com objetivo de reunir organizações, comunidades, lideranças periféricas e pessoas engajadas no debate sobre meio ambiente e clima em favelas e periferias. O objetivo das pré-confes é criar um espaço de escuta e diálogo, intercâmbio de experiências e conhecimentos, construção de redes, realizar diagnóstico local, democratização do debate sobre agendas e eventos internacionais como G20, COP e trazer as favelas e periferias para o centro do debate sobre clima e políticas públicas.

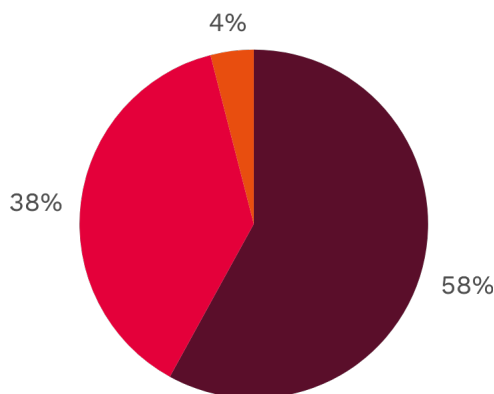


A expectativa de público participante dos eventos da Confluência em diferentes cidade do país (as Pré-Confes) era dos seguintes perfis: i) integrantes da rede da Confluência das Favelas que fossem das cidades sede ou que estivessem nelas nas datas de realização do evento; ii) colaboradores das organizações que compõem a Confluência das Favelas e grupos beneficiados por projetos destas respectivas organizações; e iii) público geral, composto por pessoas interessadas pela atuação dos convidados da programação do evento, bem como nos painéis e temas abordados, e nas atividades culturais promovidas. A seguir, a correlação entre os dados coletados nos que foram os principais eventos promovidos pela Confluência e o perfil de pessoas impactadas:³

³ Os dados detalhados do perfil demográfico dos inscritos representam apenas o público das Pré-Confes do Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Belém, Macapá e Manaus estão contabilizados na contagem de público geral apenas e não no perfil demográfico do público.

Em relação a gênero:

Cerca de 58% dos participantes são do gênero feminino, 38% do masculino e 4% possuem outras identidades de gênero (não-binário, agênero ou não especificada).



Em relação aos marcados étnico-raciais:

Em números arredondados, pretos somam 53%, pardos 27%, brancos 16%, Indígenas /Originários 4%, enquanto amarelos não chegaram a atingir 1%.



Sobre o perfil das organizações:

Escala de atuação: 99 à nível do bairro ou cidade, 42 em escala estadual, 38, nacional, enquanto 12 delas apontaram atuar internacionalmente.

Áreas de atuação (principais):

Desigualdade socioeconômicas, Meio Ambiente e Clima, Educação e Políticas Públicas. Em resposta a quais temas centrais do G20 Brasil tais organizações/coletivos atuam, Sustentabilidade Ambiental e Climática, Combate à fome, Redução de Riscos de Desastres, Infraestrutura e Cidades, Finanças Sustentáveis e Transições Energéticas estiveram em mais recorrência.

Áreas do G20 que queriam priorizar:



Combate das desigualdades sociais; Combate à fome e à insegurança alimentar; Promoção de equidade de gênero, territorial e étnico-racial; Enfrentamento ao racismo ambiental; Justiça ambiental e climática; Comprometimento com políticas públicas para favelas e periferias; Valorização dos saberes ancestrais e periféricos para o enfrentamento da crise climática; Ampliação de investimento em arte, cultura, inovação saúde e geração de renda sobretudo em comunidades periféricas; Apoio, financiamento, desenvolvimento social; Criação de metas a curto, médio, longo prazo e Planos para a gestão pública. Garantia da participação da sociedade civil e de moradores de favelas e periferias nas tomadas de decisão; Aumento da inclusão social e oportunidades para territórios historicamente vulnerabilizados; Ações de capacitação e educação ambiental, climática, política, de gênero e sexual.

Gerando Dados

A organização das Pré-Confes parte do entendimento de que os saberes das favelas e periferias sobre o seu território e sua realidade são uma fonte valiosa de conhecimento para a construção de diagnósticos locais e o embasamento de políticas públicas. Essa perspectiva de valorização do conhecimento local, com protagonismo das pessoas diretamente afetadas pelo tema em questão, buscando pautar políticas públicas - a partir de evidências - para modificar sua realidade é chamada de Geração Cidadã de Dados.⁴

As dinâmicas que orientaram a contribuição dos coletivos, lideranças e ativistas participantes envolveram: i) rodas de conversa temáticas alinhadas aos principais temas do debate social e climático, voltadas especialmente para o financiamento e mobilização entre sociedade civil e instituições, além de uma mesa fixa intitulada “Soluções baseadas na natureza e nos saberes periféricos para resistir, combater ou remediar a crise climática”; ii) “World Café”, ou “Café Mundial”, uma metodologia ativa de aprendizagem que promove o diálogo estruturado em grupos rotativos, incentivando a troca de ideias e a construção coletiva de conhecimento.

Os eixos temáticos do Café Mundial foram elencados a partir dos conteúdos da Trilha de Sherpas e da Trilha de Finanças que compõem as atividades do G20. Dentre estes, foram elencados os temas mais caros às periferias e favelas, resultando no estabelecimento dos grupos de trabalho de Transição Energética, Empoderamento de Mulheres, Sustentabilidade Ambiental e Climática e Finanças Sustentáveis; das forças-tarefa de Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e de Mobilização Global contra Mudanças Climáticas; além da iniciativa de Bioeconomia.

⁴ [SILVA, Kayo Moura da. Como a geração cidadã de dados pode apoiar o Censo e fortalecer a democracia no Brasil. Nexo Jornal. \[S.l.\], 23 mar,2023](#)

Alinhados às demandas específicas das cidades-sede, cada eixo contou com a participação de facilitadores voluntários dos próprios territórios, os quais já possuíam familiaridade com o tema e ofereceram orientações para adaptar as perguntas ao contexto local. O objetivo foi fomentar o debate com membros da sociedade civil, traduzindo os termos técnicos para uma linguagem acessível à população.

A partir das rodas de conversa e dos debates que ocorreram nos “Cafés mundiais”, que contaram com gravações e transcrições devidamente autorizadas pelas pessoas participantes, foram produzidos relatórios para cada cidade com os achados e debates. Este documento foi construído com base nesses materiais, fundamentados nos conhecimentos, percepções e vivências locais. Em complementação a esses dados coletados de forma primária, buscou-se dados quantitativos produzidos pela academia, por organizações da sociedade civil e organismos internacionais, de modo que este documento represente a síntese das discussões que a Confluência realizou em diferentes cidades, mas também um quadro mais amplo das periferias urbanas brasileiras.

Combate à fome e a pobreza

O combate à fome e à pobreza são temas centrais para a presidência brasileira do G20. Sua relevância materializa-se na mobilização do governo para lançar a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza durante a Cúpula de Líderes do G20. Segundo o G20, a iniciativa liderada pelo governo brasileiro tem como objetivo **“angariar recursos e conhecimentos para implementar políticas públicas e tecnologias sociais eficazes para reduzir a fome e a pobreza globalmente”**.

⁵ **G20. Combate à desigualdade no centro da agenda internacional: presidente Lula convoca o mundo a participar da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. [S.l.], 24 jul. 2024.**

“O impacto dos desastres climáticos vai muito além das perdas materiais, ele atinge diretamente a segurança alimentar, e isso agrava ainda mais a situação das famílias que já vivem em situação de vulnerabilidade.” (Pré Conf - Rio) **#VozesDaConfluência**

A insegurança alimentar foi um tema transversal nas discussões no âmbito da Confluência das Favelas. Os participantes destacaram o quanto os impactos das mudanças climáticas, como eventos extremos tais quais enchentes e secas, agravam a fome nas periferias.⁶ Para os participantes da Confluência, as mudanças climáticas e a pobreza afetam diretamente a segurança alimentar nas favelas e entre os mais pobres. Essa percepção vai ao encontro do relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), segundo o qual, nos últimos 10 anos, a intensidade e variabilidade de extremos climáticos e as crises econômicas estão entre as principais causas da insegurança alimentar e subnutrição no planeta, juntamente com os conflitos e guerras.⁷ Os dados da FAO ressaltam os esforços do governo brasileiro em combater a fome, atacando suas causas estruturais, a saber, a pobreza.

Segundo a agência da ONU, 63% do gasto público com segurança alimentar e nutricional foi destinado para fortalecer a resiliência econômica dos setores mais vulnerabilizados da sociedade. Essas medidas produziram avanços significativos. Em 2023, foi registrada queda de 85% na insegurança alimentar severa, em relação ao ano anterior, o que representa que 14,7 milhões de pessoas deixaram essa condição entre 2022 e 2023.

⁶ Segundo reportagem do G1, em setembro de 2024, quando ocorreram grandes ondas de calor no Brasil, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, registrou uma alta de 0,44%, na maior variação para o mês desde 2021. Além disso, a redução de áreas cultiváveis e os períodos prolongados de seca afetam não somente o segmento hortifrúti, mas também a pecuária, o que faz com que o preço dos alimentos aumente. Para mais informações, conferir: **BOLZANI, Isabella. Inflação, calor e seca: mudanças climáticas devem encarecer alimentos e energia no longo prazo; entenda. G1. [S.l], 09 out. 2024.**

⁷ FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS; IFAD - INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT; UNICEF - UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND; WFP - WORLD FOOD PROGRAMME; WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. Rome, 2024.**

Segundo a agência da ONU, 63% do gasto público com segurança alimentar e nutricional foi destinado para fortalecer a resiliência econômica dos setores mais vulnerabilizados da sociedade. Essas medidas produziram avanços significativos. Em 2023, foi registrada queda de 85% na insegurança alimentar severa, em relação ao ano anterior, o que representa que 14,7 milhões de pessoas deixaram essa condição entre 2022 e 2023.

No entanto, a relação entre má nutrição e desigualdade permanece grave, revelando a complexidade do problema. Em 2022, nos países de baixa renda, 71,5% da população não podia arcar com uma dieta saudável. No Brasil, em 2022, 54 milhões de pessoas (25,3% da população) encontravam-se nesta situação, segundo o relatório da FAO.

No Brasil, uma grande aliada no combate à fome, à má nutrição e à pobreza é a agricultura familiar. Nos debates da Confluência no Recife, Rio de Janeiro, Macapá, São Paulo e Manaus, foi destacada a necessidade de capacitar as pessoas e comunidades, além de fornecer apoio técnico e crédito para a criação e fortalecimento de hortas urbanas de forma a promover a autonomia desses grupos, incentivando pequenos e médios agricultores a ingressarem no mercado com alimentos saudáveis e baratos para as periferias.

Atualmente, o maior subsídio para a agricultura familiar vem do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).⁸ Apesar do aumento de repasses ao programa no último ano, as discussões realizadas no âmbito da Confluência revelaram falta de acesso a recursos, apoio técnico, informação e incentivos para a produção de alimentos de forma sustentável, especialmente em centros urbanos, para projetos de base comunitária das periferias.

Pesquisadores do Climate Policy Initiative/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CPI/PUC-Rio) corroboram a percepção de que o acesso ao crédito para agricultores familiares é limitado e desigual, sendo mais concentrado em propriedades maiores, na Região Sul e no setor de produção de grãos.⁹

Além dos dilemas relativos ao acesso a financiamento governamental, os debates revelam que há um problema de desconexão geracional e cultural latente que cria empecilhos para a efetivação destas iniciativas.

A ruptura dos processos de cuidado do solo e da agricultura familiar devido às emergências econômicas nas periferias, aliada à redução das áreas verdes pela arquitetura das cidades, representa um problema tanto para São Paulo quanto para o Rio de Janeiro. Além disso, a falta de uma distribuição agrária adequada é um fator crucial para a manutenção da fome.

Na contramão desses desafios, a Confluência destacou a importância e defendeu a ampliação e o fortalecimento de iniciativas por parte do governo e da iniciativa privada como a do Prato Verde Sustentável, um projeto de produção de alimentos saudáveis para combater a fome e a pobreza, promovendo a autonomia alimentar e financeira local. Além disso, enfatizou-se a relevância de programas de educação e sustentabilidade, como a criação de hortas em escolas, os quais potencializam a reconexão das crianças com o uso do solo e fortalecem a segurança alimentar dessas comunidades.

⁸ CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Governo anuncia Plano Safra da Agricultura Familiar. [S.l], 03 jul. 2024.

⁹ SOUZA, Priscila; ALBUQUERQUE, Amanda de. Agricultura Familiar Brasileira: De desigualdades no Acesso ao Crédito. Climate Policy Initiative. [S.l], 06 nov. 2023

Empoderamento de Mulheres

Este eixo tem como ponto de partida a compreensão de que a desigualdade de gênero é um desafio global que atravessa todas as dinâmicas sociais, incluindo o mercado de trabalho, a participação e representação política, a insegurança alimentar e as mudanças climáticas. Portanto, seu propósito é apoiar os países na abordagem da desigualdade de gênero e impulsionar o empoderamento das mulheres em diferentes esferas.

Dentre os problemas que mais acometem as mulheres, as discussões na Confluência ressaltaram os dilemas da **fome, emergência climática e violência de gênero**, que se apresentaram de forma consistente e interconectadas nos debates sediados nas diferentes cidades em que a Confluência esteve presente. O papel das mulheres na linha de frente do enfrentamento às múltiplas desigualdades que perpassam esses territórios, em especial as mulheres negras, indígenas e quilombolas, faz com que o sofrimento psicológico decorrente desse quadro, bem como o esgotamento mental e físico, incida sobre elas de forma desproporcional.

¹⁰ UNICEF - UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. [Igualdade de Gênero e Mudanças Climáticas](#). [S.l.], 20 mar. 2024.

Em todas as cidades que receberam o evento, destacou-se o fato de que as mulheres nas periferias continuam sendo as mais vulneráveis à fome, além de serem aquelas que mais lutam para garantir o mínimo para suas famílias. Segundo o IBGE, 51,7% dos domicílios brasileiros são chefiados por mulheres. Entre os lares que enfrentam insegurança alimentar, essa proporção sobe para 59,4%, quase 20 pontos percentuais a mais do que entre os chefiados por homens.¹¹ Os dados da FAO reforçam que, em todo o planeta, as mulheres são as mais afetadas pela insegurança alimentar em virtude de normas de gênero que dificultam seu acesso a crédito, mercado de trabalho, educação e outras oportunidades.

“ Nós, mulheres nas periferias, estamos lutando para conseguir o básico — comida na mesa. Enquanto isso, em outros lugares, estão discutindo alimentos orgânicos e sustentáveis. A fome tem gênero e raça, e o sistema ignora isso.”

#VozesDaConfluência

Segundo um relatório da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan), a média de pessoas negras em situação de insegurança alimentar (35,9%) é superior à média nacional (30,7%). Partindo de uma perspectiva de gênero, os indicadores relativos a mulheres negras são, respectivamente, de 19,7% em situação de insegurança alimentar moderada e 22% de casos graves.¹²

Segundo dados da ONU Mulheres, até 2050, as mudanças climáticas levarão mais de 236 milhões de mulheres à fome e 158 milhões de mulheres e meninas à pobreza.¹³ Assim como a insegurança alimentar, as mudanças climáticas afetam principalmente meninas e mulheres, ampliando ciclos de violência de gênero, sobrecarga de trabalho e outras vulnerabilidades sociais. Apesar disso, as comunidades e organizações presentes na Confluência destacam o protagonismo feminino no combate aos efeitos das mudanças climáticas.

¹¹ IBGE - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023. [S.l], 25 abr. 2024.

¹² FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. Qual é a relação entre insegurança alimentar, raça e gênero no Brasil? [S.l], 31 jan. 2024.

¹³ Os impactos das mudanças climáticas têm gênero: justiça climática e mulheres é tema no G20. [S.l], 15 maio 2024.

No Rio de Janeiro, foi apresentado o exemplo das enchentes em Queimados em 2020, quando as mulheres da comunidade foram as primeiras a se mobilizar, organizando abrigos temporários e distribuindo alimentos para as famílias afetadas. Durante a segunda mesa, no Recife, Rayana Burgo (Rede de Terreiros pelo Meio Ambiente) também abordou a forma como as mulheres quilombolas e marisqueiras entendem e protegem seus territórios contra injustiças ambientais, citando como exemplo as comunidades afetadas pelo derramamento de óleo, que organizam mutirões de limpeza.

A divisão sexual do trabalho aponta que o acúmulo de funções, sobretudo entre mulheres que maternam de forma solo, as coloca em um constante estado de estresse.¹⁴ Segundo dados do IPEA de 2022, no Brasil as mulheres trabalham, em média, 10 horas semanais a mais que os homens, em funções de trabalho doméstico e cuidado não remunerado.¹⁵

Soma-se a isso a descredibilidade das lideranças femininas locais, que enfrentam processos de intimidação e violência de gênero em seus territórios, levando muitas a deixarem de participar dos processos decisórios por medo de retaliações ou violência institucional, o que acaba silenciando-as. Segundo pesquisa do DataSenado, em 2023, 68% das brasileiras relataram conhecer uma mulher que passou por algum tipo de violência doméstica ou familiar.¹⁶

¹⁴ Segundo relatório do Dieese que usou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dentre 11,053 milhões de famílias de chefia feminina com filhos e sem cônjuge, 62% são chefiadas por negras. Para maiores informações, conferir: [MACHADO, Lara; GORZIZA, Amanda; BUONO, Renata. A Cada 10 Mulheres Chefes de Família no Brasil, 6 são Negras. Piauí. \[S. l.\], 06 abr. 2023.](#)

¹⁵ IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. [Trabalho Doméstico e de Cuidados não Remunerado.](#)

¹⁶ BRASIL. Senado Federal. Instituto de Pesquisa DataSenado. [Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher. \[S.l.\], nov. 2023.](#)

Essa violência no lar é agravada pela sensação de insegurança e desrespeito nas ruas, onde 52% das mulheres disseram sentir-se menos respeitadas. Como resultado, a participação das mulheres na política institucional é prejudicada: o Brasil tem o parlamento com maior desigualdade de gênero na América do Sul.¹⁷

Como estratégia autônoma, destacam-se as redes de cuidado, também lideradas por mulheres periféricas e negras, que promovem a formação de lideranças locais a longo prazo e conscientizam a população periférica, entendendo a educação como uma chave potencial para reduzir as desigualdades de gênero e a violência.

Essas ações sociais movidas por instituições e agentes locais acabam por incidir de forma direta na economia das mulheres. No Rio de Janeiro, por exemplo, há cooperativas femininas que trabalham com reciclagem e reutilização de materiais, impactando diretamente na sustentabilidade local e na renda das mulheres. Em São Paulo, foi criada uma marca de cosméticos a partir de movimentações locais e com apoio do Invest Favela, visando beneficiar mulheres sem capital inicial para adquirir os produtos. Na favela de Paraisópolis, também em São Paulo, foram criados cursos de capacitação para mulheres em diversas áreas, unindo profissionalização com ensino de empreendedorismo.¹⁸

A falta de políticas públicas que incluam mulheres periféricas nos processos de decisão foi mencionada como uma das razões para a perpetuação da desigualdade de gênero e da fome. Em resposta a essas questões, há propostas no Recife para pautar políticas públicas de forma transversal, através de processos de capacitação que levem dispositivos e a temática de gênero diretamente ao território, contando com toda estrutura do governo para alcançar as comunidades locais.

A falta de políticas públicas que incluam mulheres periféricas nos processos de decisão foi mencionada como uma das razões para a perpetuação da desigualdade de gênero e da fome. Em resposta a essas questões, há propostas no Recife para pautar políticas públicas de forma transversal, através de processos de capacitação que levem dispositivos e a temática de gênero diretamente ao território, contando com toda estrutura do governo para alcançar as comunidades locais. Em São Paulo, essa ideia é compartilhada, com foco em estabelecer um diálogo governamental por meio de leis que pressionem o Plano Diretor e gestor de governo atual a dialogarem com as demandas das periferias sob uma perspectiva de gênero.

¹⁷ SANTOS, Natália; PRETTO, Nicholas. **Brazil Has the Most Gender-Unequal Chamber of Deputies in South America. Folha de S. Paulo. [S.l.], 27 fev. 2024**

¹⁸ **Não é Gucci, é Paraisópolis.**

CASEFF, Gabriela. **Startup da favela cria rede de salões que une beleza e terapia: Belezinha, de Paraisópolis, oferece cursos gratuitos com habilidades socioemocionais para lidar com público. Folha de S. Paulo. [S.l.], 27 jul. 2022.**

Socioambiental e Bioeconomia

Em consonância com a Iniciativa de Bioeconomia do G20 , as organizações e comunidades presentes na Confluência debateram sobre o conceito, as práticas e os objetivos da bioeconomia pensando nas favelas e periferias.

O desconhecimento do conceito, em muitos casos, tem como consequência uma dificuldade em identificar as práticas que o compõem.

“Favela vai pensar, e se pensar não vai pensar nesse nome. Quando pensamos em economia sustentável (bioeconomia), penso muito em cursos, trilhas formativas, e eu gosto muito até porque eu tô no meio, de buscar jovens e mais velhos para pensar.” (participante, Pré Conf - SP).

A construção de uma ideia compartilhada sobre o que é bioeconomia, no entanto, não é um desafio apenas das favelas e periferias, e suas consequências vão muito além de um problema conceitual. Segundo o Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getúlio Vargas, em 2023, o PIB-Bio do Brasil foi de R\$ 2,7 trilhões, representando 25,3% do PIB nacional (FGV, 2024). Essa cifra impressionante, no entanto, não considera critérios de sustentabilidade ambiental ou social. Portanto, o retrato do setor é incapaz de discernir entre práticas aliadas ao desenvolvimento sustentável e aquelas que contribuem para a intensificação das mudanças climáticas.

Os debates da Confluência indicaram que a definição de bioeconomia deve necessariamente incluir a sustentabilidade ambiental e social. Não basta que uma atividade ou produto tenha origem biológica; sua extração, produção e distribuição precisam ser ambientalmente sustentáveis e promover inclusão social. Essa visão crítica da bioeconomia está alinhada aos Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia, da Iniciativa do G20.

Outro ponto amplamente destacado foi o elo entre a bioeconomia, o conhecimento e as práticas ancestrais. As experiências compartilhadas revelam uma forte conexão entre práticas ancestrais e inovações locais, como a compostagem, o plantio de sementes crioulas e o turismo de base comunitária.

“A Bioeconomia não abrange só a biodiversidade, mas tudo que envolve conhecimentos ancestrais e estratégicos. E não só as suas organizações mas as demais.” (Aline Mendes, Pré Conf - São Paulo)

#VozesdaConfluência

Segundo Silva e Rodriguez (2024)¹⁹, as sementes crioulas, fruto do manejo e conhecimento de gerações de agricultores, assentados e camponeses, fortalecem a biodiversidade e oferecem uma dieta mais diversa e nutritiva à população. Elas também são mais resistentes às mudanças climáticas, graças à sua resiliência genética e adaptação às especificidades locais, além de promoverem a autonomia dos pequenos produtores por dependerem menos de insumos externos.

O Turismo de Base Comunitária, pensado como uma prática sustentável de bioeconomia que se fundamenta no conhecimento local e na ancestralidade, foi destacado pelas comunidades representadas na Confluência como uma fonte de inclusão social sustentável. No entanto, mesmo com a existência da **Política Nacional de Turismo de Base Comunitária**, foram identificadas as seguintes carências: metas claras para seu monitoramento e avaliação; orçamento para sua execução; além de definição clara de atribuições para responsabilizar os atores, dificultando a exploração plena do potencial econômico dessa atividade.

¹⁹ SILVA, Ana Cláudia de Lima; RODRIGUES, Walisson. **A Importância das Sementes Crioulas em Tempos de Crise Climática. Brasil de Fato. [S.l.], 03 jul. 2024**

Embora o conhecimento e as práticas ancestrais estejam conectados com a bioeconomia nas periferias, um processo ameaça essa potência. Organizações e comunidades apontam que a transmissão de saberes das gerações mais velhas para as mais novas está se perdendo devido às pressões sociais e à urbanização dos territórios, que enfraquecem o interesse em preservar esses conhecimentos. Nesse contexto, iniciativas como o **RAÍZES – Grande Encontro de Raizeiros, Parteiras, Benzedeiras e Pajés**²⁰ – são fundamentais para valorizar e preservar o conhecimento ancestral, além de explorar seu potencial econômico.

Outro desafio elencado na Confluência para as práticas de bioeconomia em periferias urbanas é a carência histórica de políticas urbanísticas sustentáveis e resilientes nas periferias brasileiras, que resultam na destruição de áreas verdes, na poluição de corpos d'água e na verticalização dos ambientes urbanos. Esses fenômenos têm sido um empecilho para a pesca no Recife, para a criação de hortas comunitárias, a manutenção da agricultura familiar e o contato com a natureza em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

De acordo com Fernando Souza, sócio-fundador da Urbit, empresa que desenvolveu o **Mapa de Densidade Arbórea**²¹ de São Paulo, a cidade não sofre de escassez de áreas verdes, mas sim de um grave problema de desigualdade, uma vez que há diversos distritos densos e populosos com índices muito baixos de arborização. Enquanto isso, na comunidade da Ilha de Deus, no Recife, que estima movimentar R\$ 2,4 milhões por ano com a pesca artesanal²², os moradores denunciam o perigo que a poluição e o hidronegócio infligem ao seu modo de vida.²³

²⁰ **Para mais informações sobre o RAÍZES**

²¹ Acesse o mapa em: <https://urbit.com.br/mapa/massa-arborea#step-4>

²² **CARANGUEJO ANTENADO. Indicadores. [S.l.]**

²³ EBRAHIM, Raíssa. **Poluição e Hidronegócios Ameaçam Tradição e Sustento da Pesca Artesanal no Recife. Marco Zero. [S.l.], 10 ago. 2022.**

Diante do desafio do adensamento urbano e da produção de lixo em larga escala, as comunidades e periferias urbanas presentes discutiram como a bioeconomia circular pode gerar renda e promover inclusão social, enquanto combate a poluição ambiental.

No Rio de Janeiro, foram apresentados exemplos de iniciativas locais que se valem da reutilização de materiais potencialmente danosos ao meio ambiente na produção de bens de uso, como o uso de óleo para produção de sabão em territórios de favelas. Em São Paulo, o uso de materiais orgânicos para produzir bioconstruções²⁴ é mais comum em áreas mais distantes da cidade, como o Grajaú e a Ilha do Bororé.

O uso de materiais recicláveis também se apresenta como fonte de produção de moda e artesanato, a partir de oficinas formativas nos territórios.

Aquelas lideranças das regiões de diadema, conseguiram ecoponto, nos ecopontos funcionam as cooperativas, e entendem que sua passagem ali é transitória. Na torre da Enel fazem hortas por lá, levam para feira, lá fazemos a reutilização, e o resto levavam para vender. A venda dos produtos independe da região, e é distribuído pelo número de pessoas na cooperativa. Tem um projeto de recolhimento de tecidos, a fim de upcycle, fazendo shoulder bag, ecobags, calçados. Eles também vendem bonecas, e dentro da festa anual, a festa da raça. O Convênio só vale quatro anos, mas é uma forma de investir nas próprias propriedades. Estão buscando professores, de bioeconomia e empreendedorismo, para trazer outras noções.

Em uma das mesas do Recife, Maria Gabrielly falou sobre sua jornada de resiliência, destacando a reutilização de mais de 20 mil peças de roupa e a coleta de 13 mil garrafas de vidro. Ela discutiu a importância da conexão com a natureza e as micro-revoluções que moldaram sua compreensão sobre a ancestralidade e a sustentabilidade, refletindo sobre as práticas de sua família que valorizam a água e o território.

Os debates da Confluência sobre bioeconomia pautaram-se nas estratégias desenvolvidas pelos agentes sociais dos territórios e pelo poder das ações dessas comunidades. Todavia, foi ressaltada a necessidade de mudanças estruturais, nas quais ações comunitárias são importantes e necessárias, mas a participação dos governos e da iniciativa privada é imprescindível para o fortalecimento das iniciativas desenvolvidas por essas comunidades. Um exemplo concreto dessa necessidade é o caso dos catadores, que apesar de serem responsáveis pela coleta de aproximadamente 60% do plástico no Brasil, atuam, em sua maioria (86,7%), em um regime informal de trabalho, segundo relatório do Instituto Veredas²⁵. Diante do exposto, a discussão sobre bioeconomia trazida pela Confluência propõe uma mudança de paradigma produtivo e econômico. Os coletivos e organizações fazem um convite para compreender o meio ambiente não somente como fonte de matérias-primas e recursos econômicos ou, mesmo, como empecilho ao crescimento, mas sim como um aliado no processo de inclusão social, desenvolvimento econômico e preservação da vida.

²⁴ A bioconstrução consiste na concepção de ambientes que atendam às necessidades humanas, como moradia e trabalho, sem causar danos significativos à natureza. O método utiliza materiais e técnicas construtivas que são considerados mais sustentáveis e de menor impacto ambiental. **Acesse!**

²⁵ **Catadoras(es) de Material Reciclável: Respostas Rápidas para Governos. Evidências, Desafios e Caminhos Possíveis. São Paulo: Instituto Veredas, 2024.**

Transição Energética

Um passo fundamental nesse processo é avançar na agenda da transição energética, outro eixo fundamental para o G20. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima da ONU (IPCC), a queima de combustíveis fósseis é a principal fonte de emissão de gases do efeito estufa (GEE), responsáveis pelo aquecimento do planeta e pelas mudanças climáticas²⁶. A dependência desses combustíveis representa uma das principais ameaças ao equilíbrio do planeta, de forma que a transição energética tem como desafio romper com essa dependência, migrando para fontes de energia limpas e renováveis, de forma justa, acessível e inclusiva para todos.

A posição do Brasil neste assunto merece uma análise cuidadosa. Por um lado, a presença de fontes renováveis na matriz energética do país supera em muito a média mundial, respectivamente, 44,8% e 14,7%, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Ao mesmo tempo, o Brasil também ultrapassa substancialmente a média planetária no percentual de fontes renováveis em sua matriz elétrica, respectivamente, 84,8% contra 24,1%. Essas comparações, no entanto, não devem servir para acomodar as autoridades brasileiras.

Ainda há muito a ser feito. Para começar, a matriz energética do Brasil permanece majoritariamente não-renovável, sendo o setor de transportes o maior desafio para a transição energética brasileira, já que 77,5% da energia utilizada vem de fontes não-renováveis. Esse cenário é ainda mais alarmante, visto que o setor de transportes é o que mais consome energia no Brasil (33%), seguido pela indústria (31,8%). Além disso, o custo da conta de luz no Brasil é elevado e impacta gravemente os mais pobres. Segundo pesquisa do Instituto Polis²⁷, para 50% da população, a conta de luz é o item que mais pesa no orçamento doméstico, junto com alimentação, tendo maior impacto sobre os mais pobres.

O panorama do setor energético revela a falta de acessibilidade desse debate para favelas e periferias brasileiras. A energia é tratada sobretudo como uma questão de infraestrutura. Neste sentido, qual a capacidade dos pequenos consumidores, especialmente os das periferias, de influenciar a infraestrutura energética nacional? Em que medida as pessoas físicas podem escolher a fonte da energia que consomem? Que oportunidades são oferecidas a essas comunidades para se tornarem agentes nesse processo?

Novamente, a barreira do conhecimento se coloca como um obstáculo à participação mais ampla das periferias na transição energética.

“A população pode ter conhecimento disso, mas não sabe onde buscar, como fazer. Acho que o acesso ainda está para poucas pessoas. Outras energias fora do solar, as pessoas não têm conhecimento. Eu acho que deveria ter uma matéria só com informação sobre isso, que nossos filhos de favela e periferia sejam ensinados sobre essas coisas.” (Pré-Confe - Rio) **#VozesDaConfluência**

²⁶ Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty. Cambridge: Cambridge University Press, p. 49-92, 2018.

²⁷ INSTITUTO PÓLIS. Justiça Energética: Pesquisa de Opinião Pública. São Paulo, jun. 2024.

Nas Pré-Confes, a energia solar foi a prática de transição energética mais citada. No Recife, a energia solar foi caracterizada como uma alternativa de política descentralizada de produção de energia, como a implementação de placas solares em territórios específicos mobilizados pelos seus próprios agentes.²⁸

A partir dessa perspectiva, surge o conceito de Energia Solar Social, um ciclo de empoderamento coletivo dessas comunidades que envolve capacitação de mão de obra local, gerando renda com as instalações e manutenção de painéis solares; barateamento da conta de luz, combatendo a pobreza energética; e fortalecimento da soberania energética dessas comunidades, que passam a produzir, não apenas consumir, energia. Esse movimento foi citado no Recife, onde proliferam-se iniciativas e organizações de energias renováveis, como o Comitê de Energias Renováveis do Semi-Árido,²⁹ e em São Paulo, com estudos de implementação em territórios de favela como Heliópolis, além de projetos no Rio de Janeiro, em Maricá³⁰ e no Morro da Babilônia.³¹

A função social da energia solar, além de trazer agência às comunidades no debate sobre transição energética, evidencia um aspecto central no debate da Confluência sobre transição energética, a saber, a agenda da justiça social. Em todas as cidades, ficou evidente a preocupação de que o processo de transição para fontes renováveis e limpas de energia seja socialmente justo e não crie ou reproduza desigualdades.

No Recife, capital de um dos estados da região que concentra a maior produção de energia de fontes renováveis do Brasil, foram discutidos os impactos da energia eólica na saúde da população e seus impactos socioambientais, principalmente no que tange à fauna e flora locais (como doenças pelo contato com fibra de vidro, galinhas que não colocam mais ovos, a mudança dos sistemas de pressão).

Alertou-se ainda para a destruição de culturas e saberes tradicionais causados pela expropriação de terras pelas grandes empresas, que muitas vezes não geram processos de empregabilidade para as populações locais. Além dos casos de violência de gênero contra mulheres pelos “forasteiros” que entram nestes territórios, nos quais ocorre uma perda do senso de territorialidade a partir desses processos de implementação das energias eólicas.

“Mesmo sendo energias limpas, ainda geram algum tipo de poluição, principalmente a eólica, que gera poluição sonora e visual.” (Pré-Confe - Rio)
#VozesDaConfluência

Em resumo, a transição energética deve nos levar para um sistema em que a energia seja limpa, renovável, acessível e justa. Limpa e renovável para que não provoque mudanças climáticas, e acessível e justa para que ninguém concentre os danos locais dessas energias e todos possam usufruir dela independente da sua condição socioeconômica.

²⁸ As políticas de energia descentralizada representam uma mudança no uso e produção de energia, impulsionada pela crise climática e pela busca de equilíbrio socioambiental. Entre as ações possíveis estão: incentivos fiscais para energias renováveis, subsídios para reduzir o custo de instalação de painéis solares e programas de educação para conscientização e incentivo de práticas de grande impacto. TRINDADE JÚNIOR, W. J.; MORAIS DE SOUSA, C. **GESTÃO ENERGÉTICA MUNICIPAL COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA A PROMOÇÃO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DE BASE LOCAL**. *Revista Tempo do Mundo*, n. 32, p. 343-356, 2023

²⁹ Mais informações em: <https://cersa.org.br/>

³⁰ “A prefeitura de Maricá investirá em energia solar para comunidades de baixa renda, com o Projeto Habitar + Solar, inicialmente no loteamento Manu Manuela. [...] As instalações de painéis [sic] solares estão previstas para serem realizadas no segundo semestre de 2024 em instituições sociais e educacionais, além de 40 residências do bairro”. CODEMAR - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARICÁ. **Projeto de instalação de painéis solares em Maricá será lançado neste sábado (25). Maricá, 24 maio 2024.**

³¹ O morro da Babilônia, na zona sul do Rio de Janeiro, deu origem à Revolusolar, organização que desenvolveu uma metodologia própria de aplicação e empoderamento de favelas a partir da energia solar. Para mais informações, consultar: REVOLUSOLAR. **Transição energética justa, inclusiva e popular para erradicar a pobreza energética.**

Finanças Sustentáveis

Finanças sustentáveis referem-se à prática de incorporar critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) nas decisões de investimento e financiamento, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável e a responsabilidade corporativa. Essa abordagem visa não apenas gerar retornos financeiros, mas também contribuir para a proteção ambiental, a promoção da justiça social e o aprimoramento da governança corporativa. Finanças sustentáveis abrangem diversas estratégias, como investimentos verdes, financiamentos climáticos e emissão de títulos sustentáveis, sendo cruciais na transição para uma economia global mais sustentável e resiliente, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Nas diferentes cidades em que a Confluência esteve presente, o debate sobre financiamento climático concentrou-se nos desafios locais de acesso a recursos por parte de coletivos e organizações de base comunitária, que estão na linha de frente no enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas, formando redes de solidariedade em suas comunidades e, em muitos casos, prestando, na prática, serviços ambientais não reconhecidos nem remunerados.

Os principais obstáculos para acessar esses financiamentos estão ligados à burocratização dos editais, que muitas vezes desconsideram as realidades locais e a necessidade de continuidade das ações. A comunicação sobre oportunidades é limitada e pouco acessível, carecendo de canais simplificados para que organizações e indivíduos compreendam editais públicos e fundos privados.

Um debate comum entre Recife, São Paulo e Rio de Janeiro aponta para a falta de compreensão dos financiadores sobre as demandas locais, o que resulta em abordagens que limitam a criatividade das organizações.

A falta de contato direto com o dia a dia desses territórios contribui para essa desconexão, e muitas doações filantrópicas não estão preparadas para lidar com as complexidades enfrentadas por comunidades vulneráveis.

Durante a primeira mesa da Pré-Confe de Recife, Gabriela Figueiredo, do UK-Brazil Tech Hub, enfatizou a importância de envolver a sociedade civil e as periferias nas discussões sobre políticas públicas de inclusão, utilizando as maratonas de inovação como um meio para facilitar o diálogo entre instituições e comunidades. Na mesma Pré-Confe, Marcele Oliveira destacou a necessidade de qualificar as relações e utilizar linguagem acessível para construir pontes com as periferias e garantir que suas necessidades sejam atendidas.

“Muitas vezes a gente escreve um projeto perfeito, mas não é aprovado, ou é aprovado e o recurso não chega. Acontece muito isso. A gente deveria ter um governo que entregasse essa verba para os projetos que passam por esses editais. Temos um grupo só para pensar e desenvolver na prática esses projetos”. (Valéria, Casa Ecoativa, Pré-Confe - SP)
#VozesDaConfluência

Outra dificuldade considerável mencionada é o acesso a fundos públicos e privados por organizações pequenas e sem CNPJ, conforme destacado em conversas no Recife e em São Paulo. Nesse sentido, Jander Manauara observou que “empresas grandes não dão dinheiro a CPFs”.

“Acho que o problema do edital, é que a galera não tem acesso a como escrever, como a gente acessa se a gente não sabe nem como funciona. Como vou ter conhecimento técnico? Isso trava muito. (Mateus Fernandes, Pré-Confe - São Paulo)
#VozesDaConfluência

Uma solução proposta a esse desafio é a atuação em rede, em que coletivos sem CNPJ recebem apoio de organizações formalizadas, facilitando o acesso aos recursos e capacitando a sociedade civil para cobrar ações das autoridades.

Na primeira roda de conversa em São Paulo, Carla Zulu enfatiza o apoio à formalização das organizações, a começar pela conscientização sobre os tipos de entidade e oferecendo oficinas sobre formas de arrecadação de recursos.

É essencial que as organizações compartilhem suas experiências e soluções para que outras possam acessar recursos, utilizando inovações e softwares abertos. Em Manaus, destacou-se a importância de criar uma lista de organizações e contatos para evitar a concentração de recursos nas mãos de poucos. Fortalecer a comunicação dos territórios é fundamental para ampliar as vozes das comunidades e garantir que suas vozes sejam ouvidas.

³² SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE PERNAMBUCO. Estudantes desenvolvem soluções tecnológicas para desafios climáticos. [S.l.], 13 set. 2023.

Mobilização Global Contra Às Mudanças Climáticas

Para as favelas e periferias, não há alternativa senão a mobilização contra as mudanças climáticas. Trata-se de uma questão de sobrevivência para essas comunidades, sobretudo devido ao alto grau de vulnerabilidade aos efeitos dessas mudanças em seus territórios. Nesse contexto, essas comunidades desenvolvem diariamente estratégias de sobrevivência, criam tecnologias sociais inovadoras e produzem soluções baseadas na natureza e no conhecimento ancestral para enfrentar seus desafios cotidianos.^{33 34} O potencial desses territórios, no entanto, é subaproveitado pela falta de escuta, investimento e diálogo tanto por parte da iniciativa privada quanto do poder público.

É consenso entre as comunidades locais de todas as cidades em que a Confluência foi realizada que os territórios periféricos e as favelas não estão inseridos nos processos de tomada de decisão sobre o clima. Embora existam algumas iniciativas locais e coletivos ambientais, o governo e as grandes instituições raramente consideram a periferia nas discussões climáticas, e, quando o fazem, é de forma superficial. Destacou-se que, especialmente para as organizações compostas por jovens, a falta de representatividade e de espaço para diálogo efetivo com o governo dificulta a implementação das recomendações dos territórios em políticas públicas.

³³ Algumas dessas soluções desenvolvidas na região metropolitana do Rio de Janeiro foram catalogadas pela Casa Fluminense. Para mais informações, conferir: Associação Casa Fluminense (org.). **Guia para Justiça Climática: tecnologias sociais e ancestrais para enfrentamento ao racismo ambiental na região metropolitana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2023.

³⁴ A Rede Favela Sustentável é outra organização que está em processo de catalogação e registro dessas experiências em favelas do Rio de Janeiro. **Para mais informações, conferir: REDE FAVELA SUSTENTÁVEL. Lançamento da Publicação “Soluções Baseadas na Natureza nas Periferias”.** [S.l.]. 08 nov. 2024.

O governo brasileiro tem iniciativas que visam à construção de diálogo e à participação de favelas e periferias nas políticas públicas e em fóruns decisórios. Os diversos grupos de engajamento do G20 e a criação do G20 Social são exemplos dessas iniciativas, em se tratando de fóruns internacionais. Com o G20 Social, o grupo das principais economias do mundo estabelece, pela primeira vez, um espaço de participação da sociedade civil na agenda do fórum.³⁵ Essa iniciativa, que já é um marco da presidência brasileira no G20, deve ser analisada com atenção para que se verifique em que medida ela pode responder às expectativas e às demandas dos atores sociais engajados com ela.

Em nível doméstico, a criação da Secretaria Nacional de Periferias, no Ministério das Cidades, configura outro avanço significativo no sentido de colocar as favelas e periferias no centro do debate de políticas públicas, reconhecendo-as como atores fundamentais. Iniciativas da pasta, como o Mapa das Periferias, o Plano de Ação Periferia Viva, a Caravana das Periferias e a contratação de Planos Municipais para Redução de Desastres, destacam-se nesse processo. Contudo, é essencial fortalecer a estrutura institucional da secretaria: o orçamento, equipe, a autonomia e o mandato ainda estão aquém dos desafios enfrentados pelas periferias, sobretudo diante do agravamento das mudanças climáticas e da necessidade de investimento em mitigação e adaptação nesses territórios. Ignorar essas questões coloca em risco a credibilidade desse gesto fundamental que é a criação da Secretaria Nacional de Periferias.

Nas cidades em que a Confluência esteve presente, os desafios mais recorrentes nas periferias urbanas incluíram poluição atmosférica, alagamentos, intensos efeitos das ilhas de calor, episódios frequentes e prolongados de falta de água, falta de arborização, saneamento básico e infraestrutura adequada.

³⁵ Para mais informações, conferir: [**G20. G20 Social.**](#)

Entre as periferias das grandes cidades, problemas relacionados à coleta de lixo e saneamento básico emergem como questões críticas, representando um dos principais desafios para esses territórios. O acúmulo de resíduos sólidos resulta em aumento de doenças e dificuldades de mobilidade no interior dessas comunidades, além de favorecer enchentes. Nesse contexto, são necessárias políticas públicas de urbanismo que levem em conta não somente a dragagem e coleta de resíduos, mas que também atendam à demanda por moradia popular. Em cidades como Rio de Janeiro e Recife, há uma ênfase em evitar novos projetos habitacionais em áreas sujeitas a alagamentos, próximas a grandes corpos d'água ou em zonas de risco de deslizamento.³⁶

Em São Paulo, práticas de agroecologia e agricultura familiar foram destacadas como soluções eficazes para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. No Rio de Janeiro, ressaltou-se limpeza de mangues a partir de uma iniciativa local, além da formação de brigadas contra enchentes e cineclubes que discutem racismo ambiental no município de Queimados.³⁷

“Então resgatar a memória, dialogando com uma ciência cidadã, é um dos caminhos, aqui temos coletivos e pessoas que estão fazendo esse trabalho. Aqui temos espaço para dialogar sobre essas soluções. Acho que é isso, um resgate sensível, que seja amplo, que dê protagonismo.” (Pré Confe - Rio)
#VozesDaConfluência

Agentes territoriais e instituições da sociedade civil seguem como os principais eixos de ação para a prevenção e mitigação de desastres, com iniciativas como o SOS Água e Luz, que coleta dados sobre eventos climáticos e o coletivo Ressuscita São Gonçalo, que formulou a Carta de Direitos Climáticos, mobilizando diversos coletivos da região. Essa carta aborda justiça climática de forma ampla, articulando a discussão sobre a fome com a justiça climática, além de contemplar diferentes áreas urbanas e seus desafios específicos: morro, asfalto e várzea.

Agentes territoriais e instituições da sociedade civil seguem como os principais eixos de ação para a prevenção e mitigação de desastres, com iniciativas como o SOS Água e Luz, que coleta dados sobre eventos climáticos e o coletivo Ressuscita São Gonçalo, que formulou a Carta de Direitos Climáticos,³⁸ mobilizando diversos coletivos da região. Essa carta aborda justiça climática de forma ampla, articulando a discussão sobre a fome com a justiça climática, além de contemplar diferentes áreas urbanas e seus desafios específicos: morro, asfalto e várzea.

Os desafios enfrentados pelas periferias e favelas brasileiras são múltiplos e multifacetados, com cada território apresentando especificidades, potencialidades e vulnerabilidades. O esforço da Confluência consistiu em ouvir essas realidades, e este documento é um segundo movimento — de síntese — compreendendo as limitações e generalizações inevitáveis desse processo. No entanto, esse desafio é fundamental para formular recomendações políticas a partir das vozes e experiências das periferias das cidades em que a Confluência esteve presente.

³⁶ “Jaboatão dos Guararapes, no Grande Recife, é a quarta cidade do Brasil com mais moradores vivendo em áreas de risco. Segundo levantamento inédito feito pela Casa Civil e pelo Ministério das Cidades, 29,2% dos habitantes do município — 188.026 pessoas — moram em locais suscetíveis ao risco”. MORAES, Katarina. **Jaboatão dos Guararapes é a 4ª cidade do Brasil com mais gente vivendo em áreas de risco. Jornal do Comércio, Recife, 23 jan. 2024.**

³⁷ “O manual contra enchentes foi desenvolvido pela Visão para a oficina “Como Combater Enchentes: Depois e Antes” no evento da Coalizão o Clima é de Mudança. Nele estão reunidas informações e dicas, adquiridas pela experiências práticas da Visão durante as enchentes em Queimados, de como auxiliar durante o desastre, além de medidas para minimizar as consequências das enchentes”. VISÃO COOP. **Como Combater Enchentes. Queimados, [s.d].**

³⁸ **A Carta de Direitos Climáticos de São Gonçalo (2024)** é um documento elaborado pela ONG Ressuscita São Gonçalo que identifica os principais problemas relacionados às mudanças climáticas e propõe soluções para mitigar os seus impactos. O documento foi resultado de semanas de pesquisa, mobilização, escuta e organização.

Reforma do Multilateralismo e Governança Global

O multilateralismo é caracterizado pelo enfrentamento de problemas globais por meio da cooperação entre países, o que permite que nações menos poderosas também tenham voz nas decisões internacionais.³⁹ Esse conceito, consolidado no século XX com a criação da Liga das Nações e da ONU, abrange temas como paz, desenvolvimento econômico e direitos humanos. Organizações multilaterais, como a ONU e o G20, coordenam a cooperação internacional e promovem normas comuns, ações emergenciais, pesquisas conjuntas e serviços de apoio econômico e social.⁴⁰

O G20, além de desempenhar papel importante na arquitetura financeira global, oferece um fórum para a discussão de questões cruciais para o desenvolvimento global, como sustentabilidade e meio ambiente. Diferente de outros organismos internacionais, o G20 possui uma estrutura menos rígida, sem uma hierarquia formalizada ou regras definidas para a adoção das medidas discutidas em suas reuniões. Com liderança rotativa, a 19ª Cúpula do G20 será presidida pelo Brasil pela primeira vez, ocorrendo nos dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro. Em um novo momento político, em que o país busca restabelecer e fortalecer suas relações internacionais, a participação do Brasil será fundamental para expressar sua posição frente a desafios nacionais e globais.

Sendo o Brasil um dos países emergentes a integrarem o G20 e com o terceiro maior PIB entre os membros, sua liderança este ano é crucial para destacar, em nível mundial, os desafios enfrentados pelos países do sul global. Dessa forma, o Brasil pode atuar como porta-voz das principais demandas econômicas, sociais, e, especialmente, ambientais e climáticas. O presidente Lula propôs como temas principais para a cúpula: i) combate à fome e às desigualdades; ii) mudanças climáticas e sustentabilidade e; iii) uma nova governança global.

³⁹ MAGNOTTA, Fernanda Petená. **Multipolaridade e multilateralismo: o G20 e a relação entre poder e governança no século XXI.** In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, São Paulo. Proceedings Online...Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais - USP

⁴⁰ FONSECA JÚNIOR, Gelson; PATRIOTA, Antonio de Aguiar; MILANI, Carlos; PEREIRA, Lia Valls. **Multilateralismo e Multipolaridade.** Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais, 2022.

Uma das iniciativas inovadoras lançadas pelo Brasil é o G20 Social, a primeira cúpula focada em questões sociais e no desenvolvimento sustentável e inclusivo. Desde o início do ano, uma série de debates têm sido promovidos por representantes da sociedade civil, academia, governos e organizações internacionais, com o intuito de identificar problemas relacionados à desigualdade, transição energética, mudanças climáticas e combate à fome, bem como propor soluções para enfrentá-los.

Alinhada a essa atividade, a Confluência das Favelas buscou integrar o multilateralismo em suas pré-conferências, conectando as realidades locais à governança global. A proposta é levar ao G20 Social as demandas das periferias brasileiras em questões de governança e distribuição de recursos.⁴¹

⁴¹ SECOM - Secretaria de Comunicação Social. **G20 Social: Confira a programação completa do evento no Rio de Janeiro. Brasília, 07 nov. 2024.**

Incluir as favelas e periferias nos espaços de tomada de decisão, como o G20, representa um grande desafio. Essas regiões enfrentam limitações no acesso a serviços essenciais, como educação e saúde, enquanto a concentração de renda agrava a desigualdade socioeconômica. No contexto global pós-pandemia, a desigualdade interna e entre países aumentou, e o setor digital se mostrou como mais uma ferramenta de reprodução de injustiças sociais. Além disso, a vulnerabilidade climática intensifica as condições de pobreza e insegurança alimentar.

Em uma conjuntura marcada por tantos desafios e escassez, como as periferias podem enxergar valor em temas como o multilateralismo e a governança global aparentemente tão distantes de sua realidade? E como poderiam se aproximar de uma agenda que molda o futuro de seus territórios, sobretudo diante da sub-representação dos países periféricos e a dominação das nações ricas nesses espaços?

Nas cinco cidades em que a Confluência realizou sua pesquisa, uma das perguntas foi: “Compreendendo os eixos temáticos de atuação de sua organização/coletivo em seu território (ou suas áreas de atuação pessoal), quais prioridades/pontos de atenção você gostaria de levar para o G20 e a COP30?”. Como mecanismo de participação, o G20 Social possibilita que as vozes das periferias sejam ouvidas, e as recomendações da pesquisa destacam a importância de uma abordagem multilateral voltada para inclusão e justiça.⁴²

Ao integrar essas vozes e experiências nas nossas políticas externas e internas, o G20 e todos os órgãos multilaterais reconhecem a importância desse conhecimento para enfrentar os desafios do século XXI e construir um futuro mais próspero, igualitário e sustentável.

⁴² SECOM - Secretaria de Comunicação Social. **G20 Social: Confira a programação completa do evento no Rio de Janeiro. Brasília, 07 nov. 2024.**



Recomen dações Políticas

Com base nas discussões realizadas, as recomendações políticas a seguir representam uma síntese dos principais achados e apontamentos. Ressaltamos que, para fins jurídicos e de críticas, essas recomendações são de responsabilidade exclusiva das organizações que compõem o comitê gestor da Confluência das Favelas e não representam qualquer compromisso formal das demais organizações participantes. No entanto, qualquer mérito decorrente deste documento e suas recomendações é fruto do conhecimento e trabalho coletivo das organizações que participaram das Pré-Confes e das que compõem a Confluência das Favelas.

1. Tributação dos Super Ricos para financiar o combate à fome, a pobreza e às mudanças climáticas.

Bilionários historicamente têm se beneficiado dos processos que contribuem para as mudanças climáticas. Além disso, um sistema que propicia a concentração de riquezas possibilita que esse pequeno grupo acumule cada vez mais capital, enquanto uma parcela significativa da população enfrenta os problemas oriundos da desigualdade social — incluindo a pobreza e a fome. É essencial que os governos do mundo demonstrem seu compromisso em combater a fome, a pobreza e as mudanças climáticas, unindo-se para taxar os bilionários e direcionar esses recursos para enfrentar esses desafios globais.

2. Incorporar a perspectiva de gênero e raça nos espaços, documentos e nas políticas multilaterais.

Garantir que os espaços de decisão multilaterais abordem as desigualdades de gênero e raça, com foco em comunidades marginalizadas. Estudos publicados pela Plataforma Cipó e pela Blue Smoke, mostram uma sub-representação significativa de mulheres e pessoas não brancas em cargos seniores nas Nações Unidas, revelando a necessidade urgente de incluir cotas de gênero e raça em órgãos de decisão sobre clima e desenvolvimento.

3. Desenvolver plano de adaptação e mitigação climática para periferias.

Entender as questões climáticas e suas catástrofes como inevitáveis e cotidianas, ressaltando a necessidade de serem colocadas nas agendas não enquanto planos emergenciais, mas como realidade prática. Aqui, o plano parte de um olhar sobre as catástrofes climáticas e seus efeitos nas periferias, que acabam por intensificar a vulnerabilidade social. A criação de materiais pedagógicos e a organização de estratégias de incidência são sugeridas para fortalecer a participação e o protagonismo das periferias.

4. Garantir mecanismos de participação social nos espaços de tomada de decisão multilaterais.

Só quem vive a fome, a seca, o impacto da mudança climática, a falta de acesso a recursos, é quem pode falar sobre isso. Por isso, garantir a participação efetiva de representantes de comunidades periféricas nos processos de tomada de decisão em fóruns como o G20 e a COP é crucial para trazer a urgência que o problema requer.

5. Fortalecimento da sociedade civil internacional, sua voz e demandas nas instâncias multilaterais.

Fortalecer organizações da sociedade civil como agentes de mudança, com representações que ajudem a formular e implementar políticas, possibilitando uma inovação inclusiva em espaços como o G20, a exemplo da última Cúpula do Futuro de 2024, a qual contou com salas de interação entre representantes da ONU e da sociedade civil para discutir prioridades e soluções para os desafios climáticos.

6. Reforma das instituições internacionais.

Reformar as instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, para que atendam melhor às necessidades dos países em desenvolvimento e das populações mais vulneráveis e aloquem mais recursos para projetos de desenvolvimento sustentável. Inclusive estudando o financiamento direto de projetos da sociedade civil.

7. Adotar uma perspectiva reparatória para os países e as comunidades afetadas pela injustiça climática.

Instituir mecanismos de reparação e criar mecanismos financeiros para reparar os danos causados pelas mudanças climáticas em comunidades historicamente marginalizadas, priorizando projetos de base comunitária em países em desenvolvimento.

8. Valorizar e preservar os conhecimentos e cosmovisões tradicionais, de terreiros e das florestas.

Reconhecer a importância dos saberes ancestrais de povos originários e de terreiros como fundamentais para desenvolver, ou resgatar, uma relação mais saudável e direta com a natureza, além de valorizar, preservar e integrar esses saberes tradicionais e tecnologias locais às soluções para os desafios contemporâneos, em especial àqueles relacionados à agenda do clima. Investir em pesquisa que documente esses conhecimentos e desenvolver tecnologias adaptadas às condições locais.

9. Ampliar a Transparência e responsabilização dos governos e empresas na implementação de políticas e direcionamento de recursos.

Recomenda-se o fortalecimento de mecanismos de monitoramento e prestação de contas, como auditorias independentes e plataformas de dados abertos, que possibilitem o acompanhamento claro e acessível dos recursos públicos pela sociedade.

Além disso, é crucial estabelecer sanções rigorosas para a má gestão e incentivar a participação ativa da sociedade civil, garantindo que as políticas sejam orientadas para as reais necessidades da sociedade e que os governos e iniciativa privada sejam devidamente cobrados pelos resultados.

10. Aprofundar o processo global de transição energética, garantindo que ela seja justa, economicamente acessível e limpa.

Migrar para uma economia independente do carbono e de atividades emissoras de GEE, promovendo inclusão social durante essa transição e garantindo que a energia limpa não gere efeitos negativos para comunidades vulnerabilizadas. Para isso, é fundamental formalizar salvaguardas socioambientais para energias renováveis.

11. Criação de Programas de Renda Verde

Criar programas de transferência de renda condicionados à participação em atividades de sustentabilidade podem gerar empregos e reduzir a pobreza. Dessa forma, as comunidades poderiam se envolver em projetos de coleta de resíduos recicláveis e reflorestamento, recebendo suporte financeiro. Essas iniciativas não apenas melhoram a qualidade ambiental, mas também empoderam os moradores, criando uma rede de colaboração em prol do meio ambiente.

12. Capacitação em Agricultura Sustentável Urbana

Investir na capacitação de agricultores urbanos locais em práticas agroecológicas e técnicas de agricultura urbana pode aumentar a segurança alimentar e promover a resiliência climática. Treinamentos em métodos que preservam o solo e a biodiversidade ajudam as comunidades a se adaptarem às mudanças climáticas, garantindo alimentos saudáveis e acessíveis enquanto reduzem a dependência de insumos químicos.

13. Acesso a Microcrédito Verde

Estabelecer linhas de microfinanciamento para negócios sustentáveis pode impulsionar a economia local e gerar emprego. Esses financiamentos devem ser acessíveis a empreendedores interessados em práticas ecológicas, como energia solar e serviços de reciclagem. Isso promove um ciclo econômico virtuoso, no qual a sustentabilidade se torna uma fonte de renda e desenvolvimento.

14. Desenvolvimento de Programas de Saúde Ambiental

Implementar programas de saúde ambiental nas comunidades que ajudem a reduzir doenças relacionadas a fatores ambientais. Por meio de campanhas de conscientização e serviços de saúde preventiva, os moradores seriam informados sobre os riscos de poluição e falta de saneamento, enquanto ações comunitárias para melhorar a infraestrutura local teriam um impacto direto na saúde pública.

15. Promoção de Economia Circular

Incentivar iniciativas de economia circular nas comunidades pode reduzir o desperdício e promover a reutilização de materiais. Programas que incentivem a troca, conserto e reciclagem de produtos não apenas geram empregos, como também criam uma cultura de consumo consciente, tornando a comunidade participante ativa na gestão de recursos.

16. Transformar a Estratégia Nacional de Bioeconomia em uma Política Nacional de Bioeconomia

Aprovada pelo Congresso Nacional, expandindo a participação e foco nos movimentos de base e nos impactos sociais da bioeconomia. O decreto nº 12.044, de 5 de junho de 2024, institui a Estratégia Nacional de Bioeconomia. Apesar dessa legislação representar um avanço significativo, deve-se aprimorar os mecanismos de participação e controle social para fortalecer o protagonismo dos movimentos de base comunitária no escopo dessa estratégia, tanto em relação ao repasse de recursos quanto no seu papel de orientação da estratégia.

⁴³ O documento Salvaguardas Socioambientais para Energia Renovável (2024), iniciativa colaborativa de diversos atores preocupados com a diminuição dos danos causados por grandes usinas eólicas aos seus territórios, contém um conjunto de boas práticas para essa formalização. **O texto se encontra disponível na íntegra em: https://climainfo.org.br/wp-content/uploads/2024/02/Salvaguardas_FEV02_CLIMAINFO.pdf**

⁴⁴ **BRASIL. Decreto nº 12.044, de 05 junho de 2024. Institui a Estratégia Nacional de Bioeconomia. Brasília: Presidência da República, 2024.**

17. Fornecer Apoio técnico e financeiro para a bioeconomia e a economia sustentável.

Criar programas de apoio financeiro e técnico para práticas de bioeconomia comunitária, a agricultura urbana, o artesanato, os biocosméticos . Estabelecer fundos e linhas de crédito a juros baixos para pequenos produtores, que facilitem a aquisição de insumos e equipamentos, além de oferecer consultoria em técnicas sustentáveis e desenvolvimento de negócios. Esse fortalecimento passa também pelo estímulo que os investimentos respeitem a autonomia organizacional e cultural das favelas e periferias, através de fundos comunitários geridos pelas próprias associações. Além de promover canais de distribuição que respeitem a autonomia das cooperativas e associações impactando diretamente as favelas e periferias, enquanto sensibilizam consumidores sobre a importância de uma economia justa e solidária.

18. Fortalecer a Política Nacional de Turismo de Base Comunitária e sua participação social.

Estabelecer metas claras para monitoramento e avaliação; definir orçamento para sua execução; além das atribuições para responsabilizar os atores. Aprimorar os mecanismos de participação e controle social nessa política e fortalecer o protagonismo dos movimentos de base comunitária nesta política, tanto na passagem de recursos quanto no seu papel de orientação da estratégia.

⁴⁵ Para conferir a Política Nacional de Turismo de Base Comunitária, acessar: **https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/turismo-responsavel/PoliticaNacionalTurismo_Barreto_2023.pdf.pdf**

19. Fornecer Apoio técnico e financeiro para a bioeconomia e a economia sustentável.

Criar programas de apoio financeiro e técnico para práticas de bioeconomia comunitária, a agricultura urbana, o artesanato, os biocosméticos . Estabelecer fundos e linhas de crédito a juros baixos para pequenos produtores, que facilitem a aquisição de insumos e equipamentos, além de oferecer consultoria em técnicas sustentáveis e desenvolvimento de negócios. Esse fortalecimento passa também pelo estímulo que os investimentos respeitem a autonomia organizacional e cultural das favelas e periferias, através de fundos comunitários geridos pelas próprias associações.

20. Incentivar os modelos de turismo antirracista e regenerativos.

Promover roteiros que revelem as histórias e perspectivas dos moradores locais sobre o território, combatendo as heranças coloniais e valorizando saberes tradicionais. Estimular um turismo que favoreça a regeneração ambiental e fortaleça as identidades locais, criando uma relação de troca respeitosa com os visitantes.

21. Educação Ambiental e Cidadania Climática

Desenvolver programas de educação ambiental nas escolas e comunidades capacita jovens a se tornarem defensores da sustentabilidade. Esses programas devem incluir práticas de cidadania ativa, nas quais os estudantes participem de ações diretas, como limpeza de áreas verdes e projetos de reflorestamento, despertando um senso de responsabilidade e pertencimento.

22. Políticas de Segurança Pública Climática.

Criar programas que abordem os impactos das mudanças climáticas na segurança pública pode prevenir conflitos sociais. Políticas que reconheçam a intersecção entre desastres ambientais e violência são essenciais, pois promovem ações de prevenção e mitigação que garantam a proteção das comunidades vulneráveis.

23. Promoção de educação socioambiental em equipamentos públicos.

Promover roteiros que revelem as histórias e perspectivas dos moradores locais sobre o território, combatendo as heranças coloniais e valorizando saberes tradicionais. Estimular um turismo que favoreça a regeneração ambiental e fortaleça as identidades locais, criando uma relação de troca respeitosa com os visitantes.

24. Regulamentação de espaços verdes e políticas de urbanização sustentável e resiliente para as periferias das cidades.

Desenvolver leis que protejam áreas verdes urbanas a fim de mitigar o impacto ambiental e preservar a biodiversidade. Essas políticas devem reconhecer e respeitar a cultura e identidade locais, evitando deslocamentos populacionais e promovendo moradias que integrem soluções verdes e sociais. Exemplos:

A - Critérios rigorosos para obras públicas e empreendimentos privados visando a preservação das identidades locais:

Estabelecer critérios para a construção em áreas de vegetação significativa, promovendo soluções de edificações de baixa altura e moradias acessíveis que atendam às necessidades locais. Incorporar espaços verdes e áreas de convívio social nos novos projetos, respeitando a identidade periférica e o meio ambiente.

B - Política habitacional inclusiva e anti-gentrificação: Promover uma política habitacional que evite a gentrificação e os deslocamentos forçados de populações de baixa renda. Assegurar que o desenvolvimento urbano respeite a permanência das favelas e periferias e integre infraestrutura verde, considerando a realidade sociocultural local.

25. Zonas de preservação e expansão habitacional planejada:

Definir áreas de preservação que impeçam a expansão desenfreada, principalmente àquelas ligadas ao avanço do mercado imobiliário e suas especulações, e, onde necessário, orientar a expansão habitacional para áreas planejadas, com técnicas de construção ecológicas e sustentáveis.

26. Educação climática inclusiva:

Promover a educação climática nas periferias, com seminários e oficinas sobre adaptação e racismo ambiental. Capacitar a população para responder a desastres ambientais e implementar planos de emergência.

CONFLUÊNCIA DE FAVELAS

APOIO:

instituto
ITAÚSA

**OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS**

